

ENVELHECIMENTO EM ASSENTAMENTOS RURAIS: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE ATUAL

Sônia Maria de Oliveira¹
Rosilva Brito Rodrigues²

Apresentação

O objetivo deste artigo é lançar um olhar sobre um tema pouco discutido no contexto da reforma agrária e assentamento rural: o envelhecimento dos/as famílias e a consequente perda da força de trabalho, que muitas vezes significa a redução drástica da mão-de-obra familiar, obrigando essas famílias a arrendarem ou mesmo venderem seus lotes, muitos dos quais conquistados após anos de luta e espera sob a lona dos acampamentos.

Nos últimos anos observamos muitos debates sobre juventude rural, mas pouco (ou quase nada) discutiu-se sobre a temática do envelhecimento, até porque, ainda vivemos sob a ilusão de que o Brasil é um país de jovens. Todavia, projeções do IBGE indicam uma outra realidade. Se hoje temos 10% da população com idade acima de 65 anos, em 2024 esse percentual será o dobro – 20%.

Os assentamentos rurais reproduzem essa realidade, com um agravante: grande parte dos filhos daquelas famílias que foram assentadas nas décadas de 80/90 não permaneceu no lote dos pais, devido a vários fatores e, hoje, estão sozinhos para tocar o lote e já não têm a mesma força física exigida para o árduo trabalho na terra.

Essa combinação perversa de envelhecimento, perda da força de trabalho e redução da mão-de-obra familiar tem provocado as seguintes situações observadas em nosso trabalho de campo: os pais – já idosos – conseguem se aposentar e permanecem no lote, mas sem explorá-lo plenamente, arrendando parte da terra para terceiros, o que, segundo a legislação vigente do Incra, é proibido. No outro extremo, sem qualquer perspectiva, vendem os lotes e vão embora do assentamento, configurando outra irregularidade e outra questão: para onde caminham os assentamentos?

Para ilustrar essa realidade e abrir a discussão sobre o tema e seus incontáveis desdobramentos, entre os quais a reprodução nos assentamentos diante do modelo atual

¹ Licenciada em História – Analista de Gestão Organizacional/Fundação Itesp

² Especialista em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável/UFRPE-PR, Analista de Desenvolvimento Agrário/Fundação Itesp.

adotado pelo Estado, no qual não se garante o domínio da terra, realizamos uma pesquisa com famílias assentadas, cujos titulares e/ou cônjuges têm 60 anos ou mais, em 05 (cinco) áreas de assentamentos federais no Estado de São Paulo, assistidos pela Fundação Itesp e implantados há pelo menos 20 anos. A pesquisa avaliou composição e sucessão familiar, mão-de-obra disponível, exploração do lote, condições de vida e perspectivas futuras.

1. O contexto da pesquisa

Necessário se faz pontuar que este artigo não se reveste de abordagens conceituais e teóricas sobre o tema, pois não é objeto de um trabalho *strictu sensu* e reconhecemos a lacuna de uma orientação qualificada na questão metodológica. Podemos dizer que se trata de um embrião de pesquisa posto que só foi possível produzi-lo a partir de observações diárias em nosso cotidiano de trabalho com a extensão rural, o qual apresenta múltiplas questões a serem investigadas mais a fundo, porém o montante de demandas acaba por estrangular a disponibilidade para uma reflexão sobre esse universo ímpar dos assentamentos rurais.

Ainda assim, no nosso “amadorismo acadêmico”, resolvemos ousar e no primeiro momento fizemos um recorte das áreas a serem investigadas, considerando os recursos de tempo e de infraestrutura disponíveis. Escolhemos então quatro assentamentos federais da nossa região de atuação profissional, implantado há mais de 20 anos, pois, a princípio, nos parecia o recorte mais plausível dentro do que procurávamos, ou seja, teoricamente, esses assentamentos teriam um percentual maior de pessoas idosas do que aqueles implantados recentemente. O segundo critério adotado foi entrevistar famílias que moravam desde o início, combinado com o de faixa etária, quais sejam pessoas de 60 anos³ ou mais. Esse recorte da permanência era, a nosso ver, importante porque, seguramente, essas famílias guardavam em sua memória social maior riqueza de detalhes sobre a trajetória do assentamento, capazes de dar pistas para entendermos questões como arrendamento e venda

³ Essa faixa etária considerada pelo Estatuto do Idoso, apesar da controvérsia de se delimitar essa categoria a partir da idade. Além disso, afirmar WITAKER (2007) “Há uma variação caleidoscópica derivada dos diferentes olhares sobre a velhice; há diferenças de avaliação em diferentes espaços e diferentes classe sociais”. E VIRSOT (1988) mostra que os estudiosos do processo de envelhecimento tendem atualmente a subdividir a velhice em “velho jovem” (de sessenta e cinco a setenta e cinco anos, “velho médio (de setenta e cinco a oitenta e cinco ou noventa anos) e” velho velho” (de oitenta e cinco ou noventa até seja lá a idade que for), considerando que cada um desses grupos tem problemas diversos, bem como diferentes necessidades e aptidões.

(práticas consideradas irregulares pelos órgãos gestores), saída dos filhos qualquer que fosse o motivo, e sucessão familiar.

A pesquisa foi realizada com 24 famílias, como apoio de técnicos extensionistas da Regional Noroeste do Itesp⁴ das cinco áreas selecionadas: Assentamentos Aroeira e São José, município de Guaraçá; São José I, municípios de Brejo Alegre/Birigui, e Reunidas de Promissão que, dada sua grandiosidade e divisão em Agrovilas, cada qual com características peculiares, selecionamos duas com maior número de lotes⁵: Central e dos 44.

As entrevistas realizadas foram baseadas em questionários semi-estruturados com um bloco de questões fechadas relativos à faixa etária, sexo, escolaridade, trabalho, origem da renda, número de moradores no lote; saída do lote e respectivo motivo. O outro bloco era composto de questões abertas que, se por um lado dificultariam uma tabulação mais objetiva e uma padronização, por outro permitiriam exercitar a difícil tarefa de ouvir o outro e, mais do que isso, de conseguir captar seus sentimentos e visões nas entrelinhas do diálogo, principalmente sobre o processo de envelhecimento – reconhecido, mas nem sempre aceito, pois vivemos numa sociedade dita *moderna* que reverencia a juventude e condena o idoso ao isolamento, e cujo sistema público, ancorado pelos meios de comunicação, o consideram um peso a mais para o sistema de seguridade social sempre prestes a “explodir”.

Como veremos no decorrer deste trabalho, a aposentadoria rural⁶ é fundamental para a permanência dos idosos nos assentamentos, pois garante a sobrevivência daqueles que já não conseguem trabalhar no mesmo ritmo de antes e contam com restrita mão-de-obra dos filhos, situação muito diferente de quando chegaram ao assentamento, na qual,

⁴ O Itesp possui sete coordenações regionais no Estado de São Paulo, sendo que na Regional Noroeste todos os assentamentos, à exceção da área de Promissãozinha (12 famílias) adjacentes ao Reunidas, são de domínio Federal. Todavia, até o momento, a ausência de um convênio entre Incra e Itesp não possibilitou que este atuasse nos novos assentamentos, implantados a partir de 2005, permanecendo apenas naqueles já instalados até o referido ano.

⁵ Nem sempre o maior número de lotes determina a absoluta correspondência ao número de pessoas residentes na Agrovila. Isso pode variar muito devido ao número de filhos e respectiva faixa etária, bem como da própria reprodução das famílias nesse espaço. Encontramos famílias que chegaram ao assentamento com 12 filhos e hoje apenas 01 mora no lote com os pais.

⁶ A área social do Itesp desenvolve importante trabalho de orientação e acompanhamento sobre o processo de aposentadoria dos assentados, eliminando as despesas que eles poderiam ter com contratação de advogados, FERNANDES, A. avaliou a questão da aposentadoria rural em seu trabalho de especialização em desenvolvimento rural sustentável, concluído em 2007 junto a URFPE.

além do maior vigor físico, contavam com os filhos que ainda não tinham se casado e/ou tomado ouro rumo na vida.

2. Algumas reflexões sobre envelhecer

Pensar no envelhecimento nos remete, inexoravelmente, à questão da *finitude* da vida. Talvez por isso, evitamos discutir esse tema.

Para além das discussões científicas e teóricas sobre o envelhecimento físico, o aumento da expectativa de vida devido ao avanço das tecnologias e recursos para prolongar a vida das pessoas, envelhecer pressupõe um desvencilhar-se de tantas coisas que já não fazem mais sentido, um desapegar-se como disse um dos assentados entrevistados em nossa pesquisa de campo, quando perguntado como imaginava seu lote daqui a 20 anos. “Não consigo imaginar. Acho que não estarei mais aqui”. Esse “*acho*” parece guardar uma dicotomia, um oculto desejo de estar ali, naquele sítio aconchegante, acolhedor, naquela terra testemunha de uma história de luta, de conquista e de vitória depois de passar pelo mais difícil, como ele mesmo disse: o acampamento, o barraco de lona. Mas ao desejo se contrapõe a realidade. O envelhecimento, admita-se ou não, traz consigo a ideia de perda. E de morte, embora todos os dias milhares de crianças e jovens morram por motivos variados e muitas vezes estúpidos.

WITAKER (2008) nos traz contribuições do ponto de vista sociológico sobre o “envelhecimento e poder”, expondo a correspondência da perda de poder dos mais velhos à perda do espaço territorial derivado da sociedade industrializada e colocando o paradoxo da sociedade moderna que envelheceu. Constatando que, ainda que a categoria dos idosos avance, conforme avaliação dos demógrafos em relação à pirâmide estaria no Brasil, não lhe parece que essa vá retomar o poder. Ao contrário, diz a autora: “Vistos agora como uma categoria vulnerável, enfraquecida, não só física como sociologicamente, despertaram as ações afirmativas de que necessitam para que os sofrimentos da velhice não se tornem insuportáveis. Tais ações, entretanto, nos parecem tímidas, se pensarmos na segurança que era dada pela família ampliada do passado” (WITAKER, 2008. p.66).

Essa família ampliada ainda pode ser encontrada nos assentamentos rurais. Entrevistamos uma família que chegou ao assentamento com 11 filhos, dos quais 03 homens se casaram, tiveram filhos e permaneceram no lote dos pais, dos quais um deles na

mesma casa, os outros dois em casas construídas a poucos metros daquela. E 04 filhas se casaram e foram morar em outro lote no mesmo assentamento, configurando aquilo que MIRANDA (2008) definiu como a reconstrução da identidade camponesa no assentamento Reunidas de Promissão. Segundo a pesquisadora, “embora o tamanho dos módulos para os assentamentos rurais funcione como um fator limitante, a reforma agrária traz novas perspectivas para a reprodução social desse campesinato.”

Mas voltando a WITAKER, a sociedade de bases agrárias no Brasil conferia ao idoso muito poder porque nesse tipo de sociedade a família se organizava numa “base territorial” – espaço da moradia e do trabalho – fruto do esforço do idoso quando jovem ou herdado por ele de gerações passadas. Segundo a autora, as pessoas não ansiavam exatamente por um emprego. Elas precisavam desse território para construir família, que girava em torno desse poder, que tinha sua base na propriedade, seja da terra ou de pequeno negócios, nos pequenos municípios de então, que seria passado aos filhos só quando ele e a mulher morressem (WITAKER, 2008, p.53-57).

Para complementar tal reflexão sobre envelhecer, emprestamos alguns trechos do fascinante livro “Perdas Necessárias” da psicóloga americana Judith Viorst, que trata das perdas que temos que enfrentar desde o dia em que nascemos até a nossa morte.

“A velhice, muitas pessoas concordam, é o que temos que agüentar, se quisermos uma longa vida” (p.292). Dito de outra forma, quem não quer envelhecer tem que se conformar em morrer antes disso. Ou, citando novamente WITAKER, “a única alternativa ao envelhecimento é a morte (...) se ninguém gosta da ideia de morrer prematuramente, então o envelhecimento é privilégio”. (op.cit. p.171).

“Algumas pessoas mergulham na velhice aos sessenta e cinco anos, condenando a si mesmas a uma morte em vida. E doentes ou saudáveis, algumas pessoas aos oitenta anos – ou até o último suspiro – vivem o máximo possível”. (VIORST, p.295). Esta última parece ser a atitude da maioria dos assentados entrevistados na pesquisa. Morar no assentamento é um prazer. “Não me falta nada, tenho uma vida boa”, afirmaram eles.

Mas, para além dessas reflexões, o envelhecimento dos assentados, mormente dos titulares, traz uma equação a ser resolvida pelos gestores públicos responsáveis por sua implantação, além das questões de saúde e bem estar dos idosos: trata-se da sucessão familiar. As entrevistas com os assentados indicam que essa não é uma situação tranquila,

fácil de lidar, a não ser nos casos em que o casal tenha um único filho (ainda raro no meio rural) e que este tenha “gosto pela terra”, como eles mesmos disseram. As entrevistas revelaram também que as famílias mais numerosas foram aquelas que mais perderam os filhos – para a cidade ou até mesmo para outro lote, seja no mesmo assentamento, seja em outro.

O fato é que a reforma agrária pautada na política de assentamentos não permite a reprodução do modo de vida camponês, porquanto este se caracteriza pela reprodução da família na unidade produtiva. Conforme diz WITAKER, “Na realidade, os projetos de assentamento é que não prevêm a continuidade das gerações. Eis que famílias com muitos filhos ainda caracterizam os assentamentos. (Retratos de Assentamentos, nº10, p.115). E como podemos aferir na pequena amostragem dessa pesquisa “Os assentados estão envelhecendo e, aí, a questão do futuro dos assentamentos passa pela existência de um projeto familiar de ficar na terra, de uma estratégia familiar para a continuidade e aprofundamento da experiência produtiva agropecuária dos mais jovens” (Retratos de Assentamentos, nº 10, 2006 p. 37).

Os assentamentos selecionados para essa pesquisa, implantados há pelo menos 20 anos, têm lotes com áreas de até 19 há, que chegam ao dobro da área dos lotes dos assentamentos mais recentes, implantados nos últimos anos. Ainda assim, aquele tamanho de área parece ser insuficiente, dependendo do sistema produtivo adotado pela família, para gerar uma renda capaz de satisfazer as suas necessidades quando esta é numerosa.

3- Áreas pesquisadas

As áreas pesquisadas estão descritas na tabela abaixo

Tabela 1 - Número de pessoas com 60 anos ou + residentes nos assentamentos e total de aposentados.

Assentamento	Município	Ano	Nº de lotes	Área dos lotes	Total de pessoas*	H com 60 anos ou +	M com 60 anos ou +	nº de aposentados
Aroeira	Guaraçai	1987	40	15,8 há	188	17	17	38
São José II	Guaraçai	1987	39	15,6 há	188	14	10	30
São José I	Brejo Alegre	1987	48	15,2 há	298	21	17	43
Agrovila Central (Reunidas)	Promissão	1988	98	19,3 há	443	59	54	87

Agrovila dos 44 (Reunidas)	Promissão	1989	101	19,3 ha	473*	27	24	51
----------------------------	-----------	------	-----	---------	------	----	----	----

Fonte: Fundação Itesp (Elaboração das autoras) * Não estão incluídas residentes em 14 lotes irregulares.

A tabela acima mostra uma variação média de 4,5 a 4,8 pessoas por lote, índice que sobe para 6,2 no assentamento São José I. Este assentamento ostenta o maior índice de permanência de famílias das áreas pesquisadas, provavelmente um dos maiores do estado, descrito na tabela 2. Observa-se que o número de pessoas com 60 anos ou mais gira em torno de 10% do total de pessoas residentes nos lotes, ou seja, reproduz a dinâmica da pirâmide etária da população brasileira conforme já apontado na apresentação deste artigo.

Tabela 2 - Número pessoas com 60 anos ou + em relação às famílias que residem no assentamento desde o início.

Assentamento	Município	Ano	Nº de lotes	Nº de famílias que estão desde o início*	% de permanência	H com 60 anos ou +	M com 60 anos ou +
Aroeira	Guaraçaí	1987	40	29	72,5%	15	14
São José II	Guaraçaí	1987	39	30	76,92%	08	07
São José I	Brejo Alegre	1987	48	46	95,83	21	17
Agrovila Central (Reunidas)	Promissão	1989	98	66	67,35	58	54
Agrovila dos 44 (Reunidas)	Promissão	1989	101	56	55,44	27	24

Fonte: Fundação Itesp (Elaboração das autoras) * Se consideramos o período de adaptação de 2 anos e fizemos o recorte a partir de 1990 para estas áreas, o índice de permanência é maior. No caso da Agrovila dos 44, por exemplo, sobe para 67%.

Apresentamos a seguir um breve resumo dos assentamentos pesquisados.

Assentamento Aroeira

O Assentamento Aroeira, localizado no município de Guaraçaí, micro-região de Andradina, possui uma área de 873,32 há, dividida em 40 lotes com média de 15,83 há, nos quais residem aproximadamente 188 pessoas. A área de preservação permanente soma 223,08 há. A Fazenda, de mesmo nome, foi desapropriada em 1987, conforme Decreto nº 94.157, de 30 de março daquele ano, sendo que a emissão de posse foi dada pelo INCRA em 11 de agosto de 1987.

Esse assentamento teve uma importante Cooperativa de Produtores de Leite, modelo para outras que se constituíram na região, pois conseguiu reunir assentados dos dois assentamentos, todavia, divergências entre os cooperados e constante assédio dos laticínios da região que pagavam preços diferenciados aos produtores para reconquistá-los como fornecedores, levaram a Cooperativa a perder cooperados e a reduzir suas atividades a partir de 2006, passando por um longo processo de desintegração, que perdura até hoje.

Assentamento São José II

O Assentamento São José II, também localizado em Guaraçá, possui área de 877,60 há, divididos em 39 lotes com média de 15,6 há e reserva legal de 257,67 há. As 30 famílias somam aproximadamente 188 pessoas. A desapropriação da fazenda ocorreu na mesma data que a da Fazenda Aroeira, através do Decreto nº 94.155, de 30 de março. Os dois assentamentos se confrontam e diante dessa proximidade as atividades agrícolas são semelhantes. As principais culturas desenvolvidas pelos assentados foram algodão, milho, feijão, sericultura, fruticultura e pecuária leiteira. Atualmente, o leite, a fruticultura e a mandioca são a base das atividades produtivas dos assentamentos.

Assentamento São José I

Em 1986 o Incra desapropriou a Fazenda São José, de propriedade de J. J. Abdala, localizada entre os municípios de Birigui/Brejo Alegre, para implantação de um assentamento. Até então, as principais atividades na área de 1.182,4 há eram gado de corte, cultivos de algodão e milho, exploradas por cinco famílias. A nova configuração espacial permitiu o assentamento de 48 famílias em lotes de 15 há em média, que passaram a cultivar arroz, feijão, milho e algodão até meados de 1996. Essas famílias contavam com ajuda de entidades sociais e da igreja. Quando conseguiram acessar os créditos oficiais investiram em atividades como pecuária leiteira, sorgo, soja e milho safrinha, as quais, com alguma variação, permanecem até os dias atuais.

Esse assentamento também foi palco de uma experiência de agroindústria, constituída em 1997, sob a organização de um grupo de 12 mulheres, que chegou a registrá-la na junta comercial do Estado de São Paulo como *Indústria e Comércio de Doces*

Camponesa Ltda-ME. Por alguns anos essa agroindústria funcionou como uma espécie de vitrine da pequena agroindústria familiar rural, porém diversos problemas entre os quais conflitos entre as participantes provocados principalmente pela falta de experiência do grupo com a gestão do pequeno negócio, custo de produção incompatível com a baixa escala, elevado valor da matéria prima e embalagens, e até sabotagem dos fornecedores de leite (produtores do próprio assentamento) para a agroindústria, que chegaram a colocar água naquele, comprometendo a qualidade do doce e prejudicando, por conseguinte, a comercialização do produto, culminaram com o encerramento das atividades em 2003.

Assentamento Reunidas – Agrovilas Central e dos 44

O Assentamento Reunidas foi constituído entre 1987-1989, no município de Promissão, noroeste de São Paulo, em área de 18.000 há desapropriada pelo INCRA, sendo o maior do estado em número de lotes, com área média de 19 há. Possui 10 Agrovilas, onde moram aproximadamente 4 mil pessoas, que representam mais de 10% da população total do município e tem significativo peso na economia local. Dentre essas Agrovilas, a de Campinas tem uma particularidade, pois a maioria das famílias lá assentadas veio dessa região, lideradas pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que implantou um sistema de produção coletiva, constituindo a COPAJOTA (Cooperativa Padre Josimo Tavares), objeto de estudo de vários pesquisadores. Nas demais agrovilas, cujos assentados não tinham ligações com o movimento, esse sistema não funcionou. Nestas, o lote abriga tanto a casa como a área de cultivo.

4- Alguns dados da pesquisa de campo

Foram entrevistados 24 titulares e/ou cônjuges assentados nas áreas indicadas anteriormente. Todos os entrevistados são aposentados e 80% disseram não ter escolaridade alguma. As respostas “só aprendi a assinar o nome” foram recorrentes. Este baixo nível educacional dos idosos confirma as estatísticas do maior número de analfabetismo ainda imperando no campo brasileiro devido à dificuldade de acesso à escola na época em que esses idosos eram crianças/adolescentes. Aliás, a dificuldade de acesso ainda é muito presente e o sistema adotado pelos governos de fechar as escolas do campo e transportar os

alunos para as escolas urbanas provoca uma série de obstáculos que merecem uma outra discussão.

Em todos os lotes pesquisados, constatamos a produção para auto consumo da família. A pequena horta doméstica, o pomar, as galinhas e os porcos, atividades normalmente aos cuidados das mulheres. Todas ali, próximas a casa, integrando a paisagem do lugar de moradia. Os jardins, com plantas ornamentais, refletem o cuidado com aquele espaço, compondo um cenário agradável, bonito de se contemplar, gostoso de ficar.

À exceção do Assentamento São José I, em Brejo Alegre, no qual todos disseram que já pensaram em ir embora do assentamento, todos os demais foram enfáticos afirmando que nunca pensaram nisso, que jamais venderiam o lote, justificando que gostam de viver na terra, que não se adaptariam à cidade, que só saem da terra quando Deus chamar. “Aqui sinto o meu lugar, tenho tudo”, disseram, fazendo uma relação com trabalho, identidade e pertencimento, carregado de sentimentos de lutas e conquistas. Citando CALDART, 2006 (...) “Os sujeitos idosos vêm historicamente desenvolvendo o trabalho na terra, como camponeses que lutam para preservar sua identidade.”

Quanto ao arrendamento, os entrevistados que o fizeram, tanto cedendo parte de seu lote, como fazendo “parceria” com outro para plantar, demonstraram arrependimento, seja por conta de prejuízos, como no caso de um assentado do Reunidas, capitalizado e com equipamentos e implementos, que pegou 5 alqueires – 1 em cada lote diferente de vizinhos – para plantar milho e está amargando o baixíssimo preço da safra atual (R\$ 15,00 pela saca, segundo ele, enquanto em 2008 alcançou R\$ 27,00), seja por conta de desavenças, como no caso de um outro entrevistado do Assentamento São José I que quer retomar sua área, mas encontra dificuldades de fazê-lo. Ainda quanto a este item, todos confirmaram saber da prática no interior dos assentamentos, mas não a relacionaram com questões de saúde ou redução da mão-de-obra familiar, como supúnhamos, mas sim a problemas com dívidas, falta de recursos e maquinário para o plantio, bem como à falta de vontade de trabalhar com a terra, usando-a para viver de renda.

Vários autores já abordaram o arrendamento com maior ou menor ressalva, dependendo do contexto em que o observam. “Enormes dificuldades vividas pelas famílias assentadas em produzir nas terras dos assentamentos têm levado a uma persistente estratégia de arrendamento dos lotes”, observa FERRANTE et al (2005). Já SILVA (2005),

ao analisar dois assentamentos da região de Araraquara – Bela Vista do Chibarro e Horto Guarani – diz que “muitos projetos não correspondem aos interesses e capacidade dos assentados” e que “permanecer na terra corresponde a um conjunto de estratégias que são, na verdade, o desdobramento da luta pela terra (...) as múltiplas estratégias adotadas pelas famílias revelam a peleja para ficar na terra nos dois assentamentos”, entre as quais o arrendamento para o plantio de cana, afirmando ainda que “os conceitos econômicos relacionados ao produtivismo transforma a terra de trabalho em terra de negócio, retirando-lhe a simbologia existente na fase de acampamento”. O fato é que, ilegal ou consentido, o arrendamento, em maior ou menor grau, é uma prática (ou estratégia como preferem alguns autores) de parte dos assentados, mas, segundo nossa pesquisa, não ocorre necessariamente pela redução da mão-de-obra devido à saída dos filhos ou mesmo por problemas de saúde dos pais.

Quanto à venda, à exceção do Assentamento São José I, que possui o maior índice de permanência, merecendo uma investigação mais aprofundada, todos afirmaram que existe venda por motivos variados, destacando como principais (na visão deles): falta de aptidão para o trabalho com a terra, endividamento e, eventualmente, doença ou falecimento do companheiro. A maioria critica a venda, alegando que esta desqualifica a reforma agrária.

Na Agrovila dos 44, que ostenta o menor índice de permanência das áreas pesquisadas, existem 14 lotes em situação de irregularidade. Segundo os entrevistados, há caso de um lote “vendido” 9 vezes. Entretanto, em se tratando de assentamentos rurais, não se pode avaliar apenas o número por si só, com toda sua frieza, até porque, nada é absoluto nesse universo de *impasses e dilemas*. De acordo com MIRANDA, 2008, “Dos 153 casos irregulares no Assentamento Reunidas, investigados pelo INCRA, somente sessenta eram compras efetuadas por pessoas de fora do assentamento e que não tinham nenhum parente lá; vinte e seis eram operações realizadas entre cônjuges em processo de separação ou de transferência *causa mortis* para as viúvas; cinquenta e dois foram compras efetuadas pelos filhos e genros de assentados; oito eram mera operações de troca”, ou seja, 40% das operações envolviam familiares dos assentados. Ainda segundo a autora, “O envelhecimento dos titulares, o endividamento, o desentendimento com algum vizinho, o

êxodo dos filhos e o baixo desempenho econômico são algumas das razões que levam os assentados a desistirem de suas parcelas”.

Quanto à participação em reuniões, associações, cooperativas, festas e outros acontecimentos sociais, verificamos que eles interagem socialmente fortalecendo seus espaços de participação como registramos nesta fala de um dos moradores do Assentamento Aroeira: “Gosto de participar, saber das coisas, ver amigos”. Neste contexto, visualizamos a forma diferente de viver a vida nesta fase, pois participando dessas organizações e eventos conseguem manter atividades sociais que influenciam sua qualidade de vida. Ainda neste quesito alguns indicaram a necessidade de um local de convivência de idosos.

A questão mais presente foi a ida à missa ou ao culto, reafirmando a intensificação da espiritualidade comum aos idosos. No Assentamento Aroeira um dos entrevistados construiu uma *capela*, segundo ele, de caráter ecumênico, embora tenha se declarado evangélico. Um outro, da Agrovila Central, Assentamento Reunidas, construiu uma igreja em homenagem a Santo Antonio e nos convidou para a festa anual, realizada em 13 de junho, onde reúne os vizinhos para a tradicional comemoração. Outro disse que há poucos meses aceitou Jesus, enfim, a questão da religiosidade é muito presente para os idosos dos assentamentos. É uma forma de organização social, de sociabilidade entre os beneficiários.

Quanto à saúde/doença, deparamos com muitos portadores de doenças crônicas. No entanto, mesmo com todas as dificuldades de toda ordem, conseguem conviver bem com a sua condição, levando uma vida ativa, dentro de suas possibilidades, participando de atividades sócio culturais, trabalho, convívio familiar e comunitário, situação mais presente nos Assentamentos Aroeira e São José II.

Com relação às perspectivas futuras, alguns entrevistados demonstraram não vislumbrar perspectivas de médio ou longo prazo, enquanto uma outra disse “quero passar dos 100 anos como minha avó”. Curiosamente, essa mulher, com 64 anos, disse que tem uma saúde de ferro e com orgulho disse que nunca pintou os longos e bem cuidados cabelos negros.

A sucessão foi a questão mais delicada de se abordar durante a entrevista e a que mais provocou reflexão para eles. Embora muitos tenham dito que é um processo tranquilo, não o fizeram com firmeza, titubearam. Um deles chegou a dizer que haverá uma guerra, ainda que apenas um, dos 11 filhos, esteja trabalhando no lote e os demais tenham se casado e deixado os pais para morar na cidade. Outros ainda conseguiram relacionar o futuro com a sucessão, dizendo que daqui a 20 anos o lote estará nas mãos dos filhos e netos. A grande maioria deles espera que o lote e o assentamento estejam melhores. Essa projeção otimista nos remete à continuidade de um projeto de vida familiar, baseado nas futuras gerações.

Esse otimismo não é uniforme entre as famílias. No caso do Assentamento São José I, muitos demonstram apreensão e mesmo descrédito quanto ao futuro do assentamento porque consideram os jovens de hoje desinteressados em permanecer no lote e trabalhar com a terra como os pais. Além disso, demonstraram muita preocupação com a questão das drogas, compartilhada também pelos assentados do Reunidas. Como estes são cortados por rodovias e ficam muito próximos aos municípios, parece haver muita facilidade de trânsito dos jovens para o mundo urbano que segundo, os assentados, já foi contaminado. MIRANDA (op. cit) observa que “o modo de vida urbano exerce uma enorme influência sobre eles (...) e a qualquer momento os filhos podem migrar e os pais não terão como segurá-los, a não ser por meio de incentivos de uma liberdade de ação, mesmo que isso signifique abrir mão de sua autoridade paterna.”

A autora conclui que “algumas estratégias adotadas no assentamento de Promissão já desenham uma tendência de como eles estão resolvendo as questões de herança, de inadimplência e de preservação de seu *status* de camponeses livres. Assim sendo, o arrendamento das terras e o assalariamento, práticas recorrentes em épocas pouco propícias à produção agrícola, são formas de obter os meios de subsistência da família e, ao mesmo tempo, conservar a terra sob o domínio da mesma. Por outro lado, a compra de lotes no assentamento destinados aos filhos de assentados, não selecionados pelo INCRA, nos dá um indicador de como as famílias estão solucionando o problema da herança. Todas essas práticas têm correspondência em outras áreas de campesinato mais antigo, mas nos assentamentos rurais elas constituem infrações à legislação da reforma agrária, colocando os assentados na condição de “irregulares”.

5- Conclusões?

A interrogação colocada acima é proposital, pois achamos prematuro tirar conclusões de uma amostragem tão pequena. Nossa proposta é continuar com a pesquisa de campo em todos os lotes com famílias residentes desde o início nos assentamentos que tenham pessoas (titulares, companheira ou agregado) com 60 anos ou mais, para termos um quadro mais abrangente da realidade investigada.

Não obstante, é possível arriscar alguns breves comentários:

1) As famílias que superaram a fase inicial de adaptação ao novo espaço social e permaneceram no lote não têm intenção de vendê-lo e pensam que um dos filhos irá assumi-lo, preferencialmente aquele que não “abandonou” os pais. Entretanto, não manifestaram desejo imediato de transferir “os direitos⁷” a qualquer um deles. De todos os entrevistados, apenas um, do Assentamento São José I, o fez e, muito provavelmente, por ter ficado viúvo, ainda que tenha se casado novamente e ter apenas um filho. Embora a permanência após duas décadas no assentamento possa parecer óbvia, afinal, como disse um dos entrevistados: “Vender para quê? Ir para a cidade fazer o quê? Acabar com o dinheiro e depois voltar a ser empregado, como aconteceu com muitos que venderam? Dinheiro acaba, mas a terra fica!”, há exceções. Uma das entrevistadas do Assentamento São José I disse que se o INCRA desse o título poderia vender o lote para comprar uma chácara na cidade, ter mais segurança e liberdade. Segundo ela, muitas coisas dependem da autorização do órgão gestor, ou seja, não se considera dona da terra de fato e totalmente autônoma em relação às decisões sobre o lote.

A questão da falta de segurança foi uma queixa bastante recorrente nas áreas pesquisadas. O aumento de roubos nos assentamentos tem provocado demasiada insegurança nas famílias que, no momento de desespero devido ao prejuízo, manifestam desejo de vender o lote e ir embora. Uma delas disse que não costuma participar das atividades sociais porque o lote fica muito próximo à rodovia e é mais vulnerável ao “ataque de bandidinhos”. Então, por precaução, ficam em casa. Eles relacionam os roubos à entrada da droga no assentamento. Um dos assentados chegou a dizer que o presidente

⁷ A transferência do lote a qualquer um dos filhos deve ter anuência do INCRA no caso dos assentamentos de domínio Federal, e do Itesp no caso das áreas de domínio Estadual, situação de 87% dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, extremo Oeste do Estado de São Paulo.

não deveria ter proibido o uso de armas, tamanho seu desgosto com essa nova realidade que assombra a tão aludida, mas já ida tranquilidade no campo.

2) Mesmo recebendo o benefício da aposentadoria, que representa boa parte da renda da família, normalmente direcionada para necessidades básicas da casa e também para os remédios que muitos precisam, os assentados continuam trabalhando no lote, num ritmo menor, é claro, embora alguns não o façam por motivos de doença ou idade mais avançada como o caso de um senhor que já completou 80 anos e que, inclusive, quis vender seu lote no Assentamento Reunidas, no ano passado, mas não o fez porque, segundo ele, o valor ofertado pelo comprador – R\$ 48.000,00 – era muito baixo. Para a maioria dos assentados, trabalho e lazer se confundem e como em nossa *moderna sociedade* o sujeito só é reconhecido pelo trabalho, não trabalhar é não ser reconhecido. No contexto da temática deste artigo, não trabalhar significa admitir a velhice, o que, para muitos, pode ser um processo, senão complicado, difícil de ser aceito.

VIRSOT (1988) observa “O trabalho é o esteio de nossa identidade, a âncora do eu social ou privado, define esse eu para si mesmo e para o mundo (...). O fim do trabalho é um exílio senão houver nada para absorver os interesses e as energias da pessoa. E os velhos vivem numa sociedade onde geralmente não existe nada disso (...). Numa visão moderna, os velhos são encarados como um peso para a sociedade. Pessoas que recebem e não têm nada para dar” (p. 299-298). Essas observações da autora podem ser traduzidas pela fala de um dos nossos entrevistados, do Assentamento Aroeira, já beirando os 80 anos, sem escolaridade, mas com extraordinária lucidez e sabedoria, digna de admiração: “O médico disse que eu não posso mais trabalhar tanto, eu respondi que então era melhor pegar o machado e cortar minha cabeça”. Ao mesmo tempo, ele reconhecia a perda da força física e os problemas na coluna, nas pernas. “Sinto vergonha quando olho para esse mato, mas a coragem não é mais a mesma.” Para WITAKER, a ideologia do trabalho é tão forte que ninguém se lembra de contabilizar os que morrem trabalhando, e de observar que a doença ou morte pode estar ligada as stress provocado por vida de *tripalium*.

3) Os filhos, de fato, vão embora, por variados motivos, mas muitos retornam à casa paterna, e essa dinâmica não é exclusiva da área rural, pois também nas áreas urbanas os filhos saem da casa dos pais para estudar, trabalhar, se casar ou correr o mundo. É a vida! Entretanto, não se sabe bem o porquê, há uma cobrança em cima da juventude rural para

permanecer no assentamento. Há um receio incontido por parte de alguns estudiosos e porque não dizer, por parte dos próprios gestores e extensionistas de que essa saída represente uma verdadeira tragédia para a reforma agrária, posto que instiga a questão: Para onde caminham os assentamentos? Sem dúvida, essa é uma questão que nos incomoda também, mas com relação às famílias pesquisadas, embora a maior parte dos filhos ou quase todos tenha saído do lote dos pais, estes continuam lá no assentamento, com a expectativa de transferir o lote para um deles. Todavia, como já pontuamos, essa amostragem é muito restrita e seria pertinente realizar uma pesquisa com aqueles que venderam os lotes para confirmar ou não nossa hipótese inicial, ou seja, se a venda ocorreu por motivos de estarem velhos e não contarem mais com os filhos. Segundo um dos técnicos do Itesp, essa parece ser uma situação comum aos que desistiram do lote no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, um dos primeiros implantados pelo governo no Estado de São Paulo na década de 80.

Muitos apresentaram essa justificativa durante o processo de avaliação das benfeitorias por parte do Itesp: “Não dava mais para ficar no lote sozinhos e a solução seria assinar o termo de desistência porque nenhum dos filhos queria assumi-lo”.

Por fim, esse trabalho descortinou para nós, que trabalhamos diretamente com os assentados, vários anseios e interrogações, posto que a falta de políticas públicas coordenadas e consistentes que contemplem todas as faixas etárias, ou seja, a família como um todo, é visível e já foi exaustivamente diagnosticada pelos estudiosos dos assentamentos rurais. Entretanto, necessário dizer que, para além das pesquisas, é imperiosa uma proposta concreta, que ultrapasse a ideologia e as fronteiras político-partidárias, proposta essa capaz de aumentar o índice de permanência das famílias nos lotes por opção e não por falta de. Ou seja, pelo prazer de viver no assentamento, com qualidade de vida (independente de sua categoria: criança, jovem, adulto ou idoso), enfim, uma proposta que permita aos assentados ter perspectivas futuras e aos idosos, em especial, viver com dignidade, pois “a história antiga da vida de cada um é importante para determinar sua capacidade de mudar e crescer na velhice. Mas a própria idade pode dar origem a novas forças e novas aptidões não acessíveis nos outros estágios. Podemos adquirir maior sabedoria sobre a vida, maior liberdade, maior perspectiva e mais força. Podemos ter maior candor com os outros e maior honestidade para conosco” (VIRSOT, 1988).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, R. S.; PALUDO, C.; DOLL, J. **Como se formam os sujeitos do campo?** Brasília, NEAD, 2006.

CASTRO, E.G. O paradoxo ‘fica e sair’: caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V.L.S.B e ALY JR. O . **Impasses e Dilemas da Políticas de Assentamentos (balanço de 20 anos)**. Araraquara/São Paulo, Uniara/Inkra, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B; BARRONE, L, A; BERGAMASCO, S.M.P.P.A. maioria dos assentamentos rurais em São Paulo In: FERRANTE, V.L.S.B. e LY JR, O. **Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos (balanço de 20 anos)**. Araraquara/São Paulo, Uniara/Inkra, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE, L. A.; KURANAGA, A. A. Reforma agrária e desenvolvimento como liberdade: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara. Nupetro/Unesp, nº 10, p. 19-43, 2006.

CAMPOS, M. E.; CAMPO, M. V. M. O idoso participante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras. MST/Bahia: **Conhecendo para Cuidar**. Disponível em www.uff./vsinga/trabalho/trabalho completo/verifique. Acessado em 20/05/2010.

MIRANDA, M. E. **Assentamentos como território: forjando a identidade do trabalhador rural assentado**. In Cadernos CERU, v.19 n. 1 São Paulo, jun. 2008.

SEGATTO, C. **Vida longa e cheia de remedinhos**. In Revista Época, edição 575. São Paulo, Editora Globo, 2009.

SILVA, M. A.M. Terra: fonte de desenvolvimento como liberdade. In: FERRANTE, V.L.S.B. e ALY JR. O. **Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos (balanço de 20 anos)**. Araraquara/São Paulo, Uniara/Incra, 2005.

SIQUEIRA, S. **A importância da Reforma Agrária no município de Guaraçai-SP**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) Faculdades Integradas Rui Barbosa. Andradina-SP, 1995, 53 pg.

VIORST, J. **Perdas Necessárias**. São Paulo, Melhoramentos, 1988, 334 pg.

WITAKER, D.C.A. **Envelhecimento e Poder**. Campinas, Alínea, 2007.